

FORMAÇÃO DOCENTE E AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: MOBILIZAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Elba Lorena Rodrigues Dias, Jaqueline Mendes Bastos

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar de que maneira a formação docente, influência na efetivação das políticas públicas de alfabetização e quais as perspectivas para se potencializar uma educação básica de qualidade. Na metodologia adotou-se a abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica, a partir dos autores: Soares (2004); Freire (2005); Nóvoa (2017); Frigueiro; Behrend (2024); Saviani (2018). Os resultados indicam, a alfabetização não é um fenômeno a ser tratado de forma isolada, visto que sofre influências de diferentes contextos, inclusive por parte daqueles que estão prescrevendo as normativas legais. Os estudos também mostraram a importância da Formação de professores a partir de uma prática humanizadora tendo em vista potencializar a alfabetização escolar. Concluiu-se que, as políticas públicas de alfabetização no Brasil embora apresente alguns avanços é um processo que merece destaque contínuo, parcerias, diálogo e compromisso de todos os agentes educacionais. Com a reflexão realizada neste artigo pretende-se suscitar uma discussão que resulte em um compromisso efetivo por parte de todas as instituições a inclusão em suas agendas políticas e estratégias de enfrentamento concernente a alfabetização.

Palavras-chave: Políticas públicas; Alfabetização; Educação básica; Formação docente.

TEACHER TRAINING AND LITERACY POLICIES: MOBILIZATIONS AND CONTRADICTIONS

Abstract

The objective of this article is to analyze how teacher training influences the implementation of public literacy policies and the prospects for enhancing quality basic education. The specific objectives are: a) to understand the general context of literacy policies in Brazil; b) to assess the mobilizations within the context of teacher training and public literacy policies. To this end, this article uses bibliographic research with a qualitative approach, based on previously published research on the topic. The data collection technique is content analysis (Bardin, 2011). The results indicate that, despite advances, literacy in its general context presents challenges, as does the context of teacher training. In conclusion, public literacy policies in Brazil are a process that deserves continued attention, partnerships, dialogue, and commitment from all educational stakeholders.

Keywords: Public policies; Literacy; Basic education; Teacher training.

Dados da publicação: novembro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i2.432>

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Introdução

A alfabetização, é uma temática que merece destaque no campo da formação docente, pois está direcionada aos modos como o sujeito sistematiza suas maneiras de ler e escrever. Desse modo, a alfabetização está correlacionada efetivamente ao direito à educação e as práticas educacionais inclusivas, sendo assim, são elementos essenciais para o desenvolvimento da pessoa enquanto cidadão, para poder conviver plenamente em sociedade.

Nesse contexto, Soares (2004) configura que é necessário o reconhecimento das especificidades da alfabetização, pois está permeada por diferentes contextos, o que demanda métodos e estratégias diversas. Ainda retrata que é essencial dar visibilidade a formação de professores, especialmente das séries iniciais do ensino fundamental, a fim de que, se aproprie de subsídios para combater as lacunas geradas no ato de ler e escrever, na educação básica brasileira.

Freire (2005) menciona que a alfabetização vai muito distante da simples ação de decodificar palavras. Pois, segundo este, ler está associada a leitura de mundo, antes mesmo da compreensão das palavras. De maneira que, a leitura e escrita estão diretamente associadas ao mundo vivido do ser humano, suas interações e a forma como vive em sociedade. Assim, antes de tudo é preciso considerar o sujeito como um ser dotado de experiências, culturas e histórias.

Ora, a alfabetização é um direito capaz de mudar rumos, histórias e maneiras de viver, pensar e conviver em sociedade. Pois para Soares:

Alfabetização é dar acesso ao mundo da leitura. Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo – criança ou adulto – tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena (Soares, 1998, p. 33).

Diante disso, a alfabetização vai além do simples ato de implementar a leitura e escrita no ambiente escolar, visto que abrange uma variedade de multiplicidades que precisam estar ancoradas no contexto em que o aluno está inserido. Por isso, é necessário que o professor compreenda essas multiplicidades, para que, desenvolva práticas pedagógicas, que considere as especificidades dos alunos, da escola, da família e de toda a comunidade escolar.

Considerando que, a formação docente é um lócus privilegiado para discutir e potencializar as políticas de alfabetização. Pois é nesses espaços que o professor pode se apropriar de saberes, habilidades e competências para a profissionalização docente. Nóvoa (2017) sinaliza que é na formação que o professor constrói sua profissionalidade docente, podendo adquirir saberes para atuar de maneira individual e coletiva, projetando a reformulação de estratégias de ensino.

A formação de professores precisa ser discutida e articulada com as políticas de alfabetização, levando em conta, os processos de ensino e aprendizagem, são permeados por diversos desafios e acompanham as mudanças da sociedade. De modo que, na sociedade hoje, têm se a evolução das tecnologias, as implicações políticas, econômicas, científicas e de outros setores, os quais, influenciam diretamente nas práticas de ensino no contexto da alfabetização (Frigueiro; Behrend, 2024).

Levando em consideração esses aspectos, esse texto têm como objetivo, analisar de que maneira a formação docente, influência na efetivação das políticas públicas de alfabetização e quais as perspectivas para se potencializar uma educação básica de qualidade. Tendo como objetivos específicos: a) compreender o contexto geral das políticas de alfabetização no Brasil; b) verificar as mobilizações no cenário da formação docente e políticas públicas de alfabetização.

Desse modo, esse artigo se organiza da seguinte forma: apresentação da metodologia, no qual será evidenciado os caminhos metodológicos usados para a conquista dos objetivos. Em seguida, abordaremos o contexto geral das políticas de alfabetização no Brasil, ressaltando prescrições legais para esse percurso. Destarte na próxima subseção, verificaremos as mobilizações no cenário da formação docente e políticas públicas de alfabetização. E as considerações finais, com a síntese do estudo e as referências que subsidiarão a pesquisa.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa buscaram compreender como a formação docente influencia nas políticas públicas de alfabetização. A metodologia de investigação se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Gil (2019) denota que a pesquisa bibliográfica se configura a partir de um levantamento, leitura, análise de artigos, livros e demais pesquisas publicadas sobre determinado objeto de pesquisa.

A intenção dessa pesquisa, não é mensurar dados, quantificar elementos, mais sim, permitir a interpretação e compreensão das políticas públicas de alfabetização, a partir da análise de concepções, discursos e perspectivas registrados no campo científico (Minayo, 2016). Por sua vez, Minayo (2016) infere que a abordagem qualitativa leva ao pesquisador o entendimento de questões bem particulares.

Dessa forma, justificamos a escolha desse método investigativo e abordagem, por potencializar nossas análises, a fim de obtermos um panorama sobre nosso objeto de pesquisa. Por isso, o caráter da pesquisa é exploratório, pois envolve a sistematização de dados, uma sequência de atividades e escrita final do texto (Gil, 2008).

A técnica usada para análise dos dados é a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Considerando que essa técnica, permite uma aproximação nos dados, facilitando a compreensão do pesquisados, evidenciando sentidos e inferências, no que se refere a determinado objeto de pesquisa. Essa análise, segundo a autora é proposta a partir de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. De modo que, essas fases foram adaptadas aos objetivos dessa pesquisa.

Na primeira etapa, foi realizado uma leitura flutuante e exploratória, dos textos selecionados, com base em nossos objetivos, compreendendo o cenário bibliográfico que compõe nosso tema. Nesse momento, foram consultados os documentos, projetos e programas governamentais, estabelecidos pelo governo. Através dessa leitura, foi possível separar os objetivos, perspectivas e inferências para organização dos quadros 01 e 02.

A segunda fase, em nossa pesquisa, se deu a partir da identificação das categorias de análise, que influenciam diretamente na alfabetização, foram: formação docente, mobilizações das políticas, fomento a educação de qualidade e valorização da realidade educacional. Essas categorias, podem ser encontradas ao longo do texto.

Já a terceira etapa, nos possibilitou uma análise crítica dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, demarcando os avanços e problemáticas que se vinculam ao objeto de pesquisa em questão. Assim as três etapas, foram essenciais para análise e escrita desse artigo, possibilitando um olhar mais preciso sobre as políticas públicas de alfabetização no Brasil.

2. Políticas de Alfabetização no Brasil: Contexto Geral

A educação é um direito de todo cidadão, sendo uma porta de entrada para a efetivação e conquista de outros direitos. Indo além da simples ação de inserir o aluno na escola, por isso sofre inferências de períodos históricos, políticos e econômicos, além dos aspectos culturais e sociais, revelando avanços, desafios, discontinuidades. Assumindo formatos variados, sendo nessa perspectiva que a alfabetização está vinculada.

Uma perspectiva cultural, diversa, sofrendo influências das práticas dos agentes sociais, de maneira que, os elementos mais propícios para se estabelecer o processo de ensino e aprendizagem é o uso da comunicação e a interação social. Com isso, a alfabetização, precisa ser considerada em sua dimensão e aplicabilidade social (Bayer; Lacerda; Fock, 2019).

Nesse contexto geral, as políticas de alfabetização no Brasil, sofreram diferentes mudanças e ressignificações, a fim de, atender as exigências educacionais. Dentre esses contextos, a seguir, no quadro 01, será exposto as principais leis, decretos e diretrizes que fundamentam a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Quadro 01: Mobilização das Leis e Diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA)

Instrumento Legal	Ano	Objetivos e perspectivas	Inferências para a Alfabetização
Constituição Federal (Art. 205 e 208)	1988	Define a educação como direito de todos e dever do Estado, com prioridade à garantia do acesso e permanência na escola.	Base legal para o direito à alfabetização como parte da educação básica obrigatória.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394	1996	Estabelece normas gerais da educação nacional, prevendo a alfabetização como parte da educação infantil e do ensino fundamental.	Define o papel do Estado e das escolas na alfabetização das crianças na idade apropriada.
Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005	2014	Prevê, na Meta 5, a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, o final do 3º ano do ensino fundamental.	Estabelece metas e estratégias de alfabetização com prazos e metas mensuráveis.
Decreto nº 9.765 – Institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA)	2019	Institui oficialmente a PNA, com base em evidências científicas e ênfase no método fônico e na neurociência cognitiva.	Altera o foco metodológico da alfabetização, priorizando abordagens baseadas em fonética.

Portaria MEC nº 310	2019	Regulamenta a implementação da PNA e os critérios para formação docente, avaliação e materiais didáticos.	Detalha os eixos operacionais da PNA: currículo, formação, avaliação e gestão.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2017	Documento normativo que define os direitos de aprendizagem essenciais, incluindo habilidades de leitura e escrita no ciclo de alfabetização.	Padroniza expectativas de aprendizagem em alfabetização nos dois primeiros anos do ensino fundamental.
Decreto nº 11.556 – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)	2023	Revoga o Decreto nº 9.765 e institui nova política nacional de alfabetização baseada na colaboração federativa e nas evidências científicas mais amplas.	Retoma a ênfase na cooperação entre entes federados, integrando e ampliando ações da PNA.

Fonte: autores

No quadro 01, foi possível verificar que desde 1998, já existia uma mobilização, desde 1988, com a publicação da constituição federal em prol da alfabetização. De maneira que, a última publicação que temos é em 2023, o Decreto nº 11.556 refere ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

Desse modo, podemos observar que a temática, vem sendo tensionada de maneira crescente no Brasil, enfatizando diferentes vertentes como avaliação, gestão, recursos metodológicos, parcerias e colaboração entre os entes federados, além de outras perspectivas. Furtado (2018) denota que tivemos mobilizações significativas, ao longo do tempo, no que se refere à universalização da alfabetização e educação de qualidade.

O quadro 01 ainda apresenta, os objetivos, perspectivas e inferências para a alfabetização, de maneira que, com o progresso da educação, houve a necessidade de cada vez mais, ampliar as questões que envolve o ensino e aprendizagem dos alunos. Desenvolvendo maneiras de sistematizar a alfabetização, de modo mais preciso aos alunos, estabelecendo a urgência do aluno ser alfabetizado até no máximo o terceiro ano do ensino fundamental, conforme expresso no PNE.

No entanto, apesar dos avanços, pesquisas realizadas a cerca desse objeto de investigação, denotam que o analfabetismo, ainda continua sendo uma das grandes problemáticas no contexto da educação brasileira (Rezende *et al.*, 2025), sendo uma problemática mal compreendida, e mal

resolvida (Ferraro, 2014) assim a escola possui um grande desafio de potencializar e implementar práticas e estratégias que mobilizem a alfabetização (Furtado, 2018).

Oliveira (2017) afirma que o analfabetismo é um problema que há bastante tempo vem desafiando a sociedade e os governantes, inclusive muitos movimentos sugeriram e tentaram eliminar essas barreiras, que contribuem fortemente para o fracasso e evasão escolar. Constatando que várias são as implicações que ocasionam a não apropriação da leitura e escrita, demarcando que a, educação, não foi efetivada como está prescrito nas legislações.

Dessa maneira, a alfabetização está envolvida por um paradoxo, no que se refere as formas de sistematizar essas ações, pois há incoerências no campo das estratégias pensadas para aquisição da leitura e escrita. Assim, a alfabetização precisa ser repensada de maneira crítica e reflexiva, para que os agentes escolares se aproprie dessa aquisição de modo reflexivo e coerente com suas especificidades (Furtado, 2018).

Destacando que a alfabetização não é um fenômeno a ser tratado de forma isolada, visto que sofre influências de diferentes contextos, inclusive por parte daqueles que estão prescrevendo as normativas legais. Assim, fica evidente que o desafio de garantir a universalização da alfabetização em determinada idade, permanece uma tarefa longe de ser alcançada (Rezende *et al.*, 2025).

Figueiro e Behrend (2024) sinalizam que durante o processo de alfabetização é preciso considerar como quem aprende, o que aprende e quando aprende. Ao compreender esses aspectos, os desafios encontrados no ato de implementar e adquirir a leitura e a escrita, podem ser minimizados, pois a educação, deve ser vista em sua particularidade, a fim de que, todos tenham as mesmas chances de ler e escrever.

Em um estudo de mapeamento, sobre as políticas públicas de alfabetização, realizado por Araújo (2023) ficou destacado que é necessário uma transformação nesse contexto, a fim de superar as taxas de analfabetismo no Brasil. Reafirmando a necessidade de políticas públicas de alfabetização que realmente sejam prescritas considerando a realidade escolar, visto que, os implementos legais (visto no quadro 01), ainda requerem diferentes mobilizações, para que, atenda a educação de qualidade.

Com isso, a figura do professor é essencial nesse percurso, porque pode estabelecer práticas pedagógicas inclusivas, a fim de minimizar os impactos das dificuldades de alfabetizar as crianças e adolescentes.

Só que para isso, precisa ter uma formação docente de qualidade. Diante disso, na subseção, a seguir, será analisado a questão da formação docente no contexto das políticas públicas de alfabetização.

3. Formação Docente e Políticas Públicas de Alfabetização

Estudos realizados no campo da formação docente, têm destacado a importância da formação docente para o avanço da educação brasileira (Ramos; Barin, 2019; Nóvoa, 2019; Souza, 2024). Ora, independente da formação, seja inicial ou continuada, a identidade docente é sempre construída, através dos viés teóricos, históricos e práticos (Menezes *et al.*, 2023). Sendo um importante caminho para o professor se qualificar e adquirir conhecimentos, habilidades e competências para atuar na educação básica.

No campo da alfabetização, os estudos também denotam a importância da formação de professores, sinalizando a necessidade da profissionalização docente ser estabelecida a partir de uma prática humanizadora, sendo o conhecimento acadêmico e científico, essencial para se potencializar a alfabetização escolar e reconhecer a diversidade escolar (Gonçalves; Silva, 2023; Brito *et al.*, 2024).

Compreendendo essa importância, no quadro 02, a seguir, analisaremos como o governo têm mobilizado a formação de professores no contexto da alfabetização. A fim de compreender quais as intenções, objetivos e perspectivas, além dos impactos para o cenário formativo. Assim, o referido quadro, está organizado em ordem cronológica das implementações.

Quadro 2 – Mobilização das Políticas Públicas de Formação Docente para a Alfabetização

Política ou Programa	Ano	Objetivos e perspectivas	Impacto na Formação Docente
PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores	2001	Formação continuada em serviço com foco em práticas pedagógicas contextualizadas e alfabetização com base em textos e sentido.	Promoveu debates pedagógicos coletivos e valorização do conhecimento docente nas práticas alfabetizadoras.
Pró-Letramento	2006	Programa voltado ao aperfeiçoamento de professores dos anos iniciais do ensino fundamental,	Fortaleceu a formação em serviço em larga escala, com suporte técnico-pedagógico das universidades.

		especialmente em Língua Portuguesa e Matemática.	
PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	2012	Formação continuada para professores alfabetizadores até o 3º ano do ensino fundamental com enfoque em didática, avaliação e práticas de letramento.	Teve ampla adesão nacional, com formação sistemática e acompanhamento pedagógico nas escolas.
PNA – Política Nacional de Alfabetização	2019	Propõe formação docente com base em evidências científicas, com foco no método fônico e neurociências.	Criticado por ser centralizador, tecnicista e pouco dialogado com os saberes docentes e contextos locais.
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)	2023	Retoma a colaboração entre entes federados, com foco na formação docente e na alfabetização com base em evidências e equidade.	Promove programas formativos em parceria com estados, universidades e municípios, respeitando as realidades locais.

Fonte: autores

Analisando o quadro 02, percebemos que desde 2001, o governo vêm sistematizando a formação de professores para atuação na alfabetização, inclusive, até o ano de 2023 deu ênfase a esses fatores, como essenciais para o avanço da escolarização. Pode-se ver, que são vários os objetivos e perspectivas que o governo prevê, em cada política ou programa lançado.

Dentre esses objetivos e perspectivas, se têm a ênfase na formação continuada, nas práticas pedagógicas contextualizadas, na necessidade de fomento a formação de professores, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, com enfoque em didática, avaliação e práticas de letramento. Considerando as evidências científicas, com foco no método fônico e neurociências e a importância da colaboração entre entes federados.

Nota-se que tais programas e políticas prescritas pelo governo, sobretudo, pensando em estabelecer a alfabetização de maneira mais rápida, o que incluem a oferta de um ensino de qualidade, impacta diretamente na formação docente, conforme podemos inferir no quadro 02. Dando indícios de que está havendo mobilizações para mudar o cenário do índice de analfabetismo no país.

Ora, a intenção é boa, no entanto Cruz, Kubaski e Martiniak (2018) afirmam que é necessário um redimensionamento nessas na forma como tem sido concebida as políticas de formação para

professores alfabetizadores, tendo em conta, a desarticulação com a realidade escolar. Ademais, existem professores que não conseguem lidar com as mudanças sociais e a alfabetização, evidenciando a urgência de formação continuada e atualização por parte destes.

Brito (2024) destaca em sua pesquisa, que o grande desafio na formação de professores, está justamente no fato das diferentes de contexto de atuação e fases de inserção no ambiente de trabalho. O que destaca que não é interessante pensar, numa formação homogênea, dado que, cada contexto formativo é único, cada escola possui uma particularidade histórica e cultural, e cada docente possui uma maneira específica de atuar em sala de aula, levando em conta seus desafios, perspectivas e métodos de ensinar e aprender.

Saviani (2018) evidencia que é necessário um aprofundamento mais preciso na realidade escolar, pois ainda há uma desarticulação com aquilo que realmente acontece no chão da escola. Assim, um diagnóstico mais específico da realidade educacional brasileira, poderia minimizar as taxas de analfabetismo, já que um dos quesitos que geram desafios no momento de implementar a leitura e escrita e as diferenças escolares. Pois, a desconsideração dessa realidade, pode gerar impactos negativos no progresso escolar e no desenvolvimento da leitura e escrita.

Essa desarticulação, pode fazer com que os professores sintam dificuldades em propor estratégias de ensino que potencializem a alfabetização, pois, podem visualizar esses processos de modo complexo. Na maioria das vezes, os professores podem ter ainda uma visão de alfabetização subjacente, o que faz, com que precisem se empenhar ainda mais para mudar esse cenário (Nascimento *et al.*, 2018).

Inclusive porque, o ambiente escolar é repleto de identidades, os quais interferem diretamente no modo como o professor projeta suas estratégias de ensino, as salas de aula já não são mais as mesmas, visto que, tivemos a implementação da tecnologia na educação. Assim, o professor necessita considerar todo esse cenário, no momento de viabilizar a alfabetização. Através dessas considerações, o professor poderá ver com mais precisão as dificuldades em sala de aula.

Nesse sentido, concordamos com Imbernón (2010, p. 13) quando afirma:

Ninguém pode negar que a realidade social, o ensino, a instituição educacional e as finalidades do sistema educacional evoluíram e que, como consequência, os professores devem sofrer uma mudança radical em sua forma de exercer a profissão e em seu processo de incorporação e formação.

Dessa forma, as políticas de alfabetização, somente conseguiram ser efetivadas de modo preciso, se os sentidos atribuírem a formação docente foram ressignificados, tirando a ideia de que o professor é um simples transmissor de saberes, que está ali somente para ensinar os alunos, determinado conteúdo. Mas sim, deve ser visto como agente ativo da alfabetização, que pode transformar, incluir e inovar nas estratégias de ensino. Assim, subtende-se, que a formação de professores, precisa ser estabelecida através do diálogo, ouvindo aqueles que estão realmente no campo de atuação.

Uma vez que, quando o professor se apropria em sua formação de experiências concretas e articuladas a realidade escolar, compreendo os projetos e programas legais, a diversidade escolar e a importância de articular esses fatores, são capazes de ressignificar suas aulas, fortalecendo a profissão e potencializando a alfabetização. Garantindo que todos possam aprender a ler e a escrever de acordo com suas necessidades. Para isso, é essencial realizar o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização.

Rangel (1990, p. 13) sinaliza algumas ações e estratégias que os professores podem desenvolver para que haja o fortalecimento das referidas políticas, estas devem ser: estimular a prática da leitura em sala de aula; desenvolver habilidades de atenção e observação; incentivar a organização e expressão de ideias; ampliar e fixar o vocabulário; promover a criatividade; e diversificar as atividades de ensino e aprendizagem.

Assim, o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização, devem ser tensionadas, obrigatoriamente, na realidade escolar, projetando debates sobre esses elementos, na formação inicial e continuada para alfabetização. Pois um cenário adequado e professores qualificados para execução da alfabetização, gera processos mais motivantes, reflexivos e resultados mais significativos.

Considerações finais

Considerando o objetivo de analisar de que maneira a formação docente, influência na efetivação das políticas públicas de alfabetização e quais as perspectivas para se potencializar uma educação básica de qualidade. Verifica-se, que a formação de professores é uma temática que precisa ser revista no contexto da alfabetização, visando uma educação de qualidade.

Todavia, não podemos desconsiderar os avanços conquistados nesse percurso, pelo contrário, chamamos atenção pelos sentidos que são atribuídos à essa formação docente. Diante disso, percebemos que as políticas públicas de alfabetização no Brasil, apresentam mobilizações e contradições, carecendo a necessidade de levar em conta a realidade em que os ambientes escolares estão inseridos.

As políticas públicas de alfabetização no Brasil, precisam ser potencializadas por meio do diálogo, considerando a complexidade dos processos de ensinar e aprender. Assim, essas políticas não dependem somente de implementação das leis e programas por parte do governo, carece de parceria entre os professores, valorização da diversidade escolar, formação continuada crítica e reflexiva, além de profissionais comprometidos com a educação de qualidade.

Ressalta-se que as políticas públicas de alfabetização no Brasil é um processo que merece destaque contínuo, parcerias, diálogo e compromisso de todos os agentes educacionais. De maneira que, o aluno seja considerado como sujeito capaz de aprender, em suas especificidades.

As políticas públicas de alfabetização no Brasil, precisam fortalecer a formação docente, crítica e que valorize a realidade escolar. Levando em conta, que a alfabetização, não é simplesmente um aspecto técnico, mas sim, um direito que precisa ser conquistado, em prol de estratégias comprometidas com a qualidade e equidade educacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. P. C. Mapeamento das políticas públicas nacionais de alfabetização no Brasil. **Educação, escola e sociedade**, Montes Claros (MG), Brasil v. 18, n. 20, p. 1-20 2023.

BAYER, C. M. LACERDA, S. A. FOCK, V. G. A influência da formação docente: um olhar sobre a alfabetização e letramento. **Criar Educação**, Criciúma, v. 8, nº1, jan/jul 2019.

BRITO, A. E. Políticas de formação continuada de alfabetizadores na perspectiva de experiências formadoras. **Educação, [S. l.]**, v. 50, n. 1, p. e69/1–22, 2025.

- CRUZ, M. M. P. KUBASKI, L. MARTINIÁK, V. L. Formação de professores alfabetizadores: desafios e possibilidades. **Anais V CONEDU** – Congresso Nacional de Educação, 2018.
- GONÇALVES, G. S. Q. SILVA, F. D. A. A formação docente e a Política Nacional de Alfabetização (PNA): entre perdas e retrocessos. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e5173008, 2023.
- FURTADO, M. S. S. A. **Alfabetização e Letramento**: Desafios Contemporâneos. 2018. 40f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.
- FERRARO, R. A. Alfabetização no Brasil: problema mal compreendido, problema mal resolvido. In: MORTATTI, L. R. M. FRADE, S. A. C. I. **Alfabetização e seus sentidos**: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p.
- FRIGERIO, J. BEHREND, D. M. Formação continuada de professores alfabetizadores: desafios, saberes e prática docente. **Olhares & Trilhas**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 1-24, 7 jan. 2025.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MENEZES, M. Q. *et al.*, Formação docente e a prática pedagógica **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 16, n. 12, p. e4009, 2023.
- NASCIMENTO, J. M. F. R. Desafios e possibilidades da prática docente no processo de alfabetização. **Anais V CONEDU** – Congresso Nacional de Educação, 2018.
- NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa** v.47 n.166 p.1106-1133 out./dez. 2019.
- OLIVEIRA, S. M. M. **Analfabetismo**: as pedras do caminho. 2010. 50f. Monografia – Universidade Federal da Bahia. Salvador 2010.
- RANGEL, M. **Dinâmica de leitura para sala de aula**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- RAMOS, T. B. BARIN, C. S. A importância da prática na formação dos saberes docentes: relato de uma experiência. **Anais Compartilhando Saberes**, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2019/05/Thanise-Beque-Ramos-A-importancia-da-pratica-na-formacao-dos-Saberes-Docentes-1.pdf>. Acesso em: 28/07/2025.
- REZENDE, L. G. *et al.*, Políticas educacionais de alfabetização da infância no Brasil. **Cadernos da Fucamp**, v.38, p. 123-133 / 2025.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14. n. 40 jan./abr. 2018.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 2004.

SOUZA, J. G. A importância da formação inicial e continuada dos professores para garantir uma educação de qualidade. **Revista Humanidades e Inovação** - ISSN 2358-8322 - v.11, n.3 - Palmas - TO – 2024.